



**COMUDE – CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO
ECONÔMICO**
São José do Rio Preto – SP

ATA Nº 01 – 1ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA 2021

Aos cinco dias do mês de janeiro do ano de dois mil e vinte e um, às 9h15, nas dependências da Prefeitura de São José do Rio Preto, no Auditório Juan Bergua, localizado na Avenida Alberto Andaló, número três mil e trinta - Centro, realizou-se a primeira reunião extraordinária de dois mil e vinte e um do Conselho Municipal de Desenvolvimento Econômico, referido como COMUDE, com a participação dos conselheiros: **Representantes do Poder Executivo Municipal:** Jorge Luís de Souza, Renan Cazonato Correa (convidado), Silvana Mara Neves de Almeida Freitas, Luís Flávio Vani Amaral, Rafael Nogueira Santos, Marcelo Nominato do Amaral **Representantes dos Bolsões Comerciais:** Celso Domingues da Silva, José Laercio da Silva, Osmeraldo Lopes dos Reis **Representante da Sociedade Civil Organizada Indicados pelo poder Executivo Municipal,** Ricardo Ismael Di Lourenzo Arroyo, João Willian do Nascimento Ferreira, Marco Antonio Seminatti. **A reunião teve a seguinte pauta: 1 – Definição das áreas Permissionadas; 2 - Outros Assuntos; 3 - Encerramento.** A reunião teve início e foi gravada. A abertura da reunião ficou a cargo do Presidente, o Secretário de Desenvolvimento Econômico, Jorge Luís de Souza. Ele iniciou a reunião, seguiu pronunciando que as Áreas Permissionadas, tem papel relevante dentro do Conselho na produção de resultados, propiciando a geração de emprego e renda para os trabalhadores ambulantes, e o envolvimento das Secretarias de Saúde, Meio Ambiente, transito, poderá corrigir os erros de concessões de áreas cometidos no passado, que agora em ação conjunta o trabalho flui melhor e sem equívocos. Pretende organizar as áreas sem que o trabalhador perca sua oportunidade de trabalho, e uma questão que é importante para ser discutido no Conselho é a oportunidade de trabalho e a geração de rendas. No passado ocorreu uma grande desordem em relação as áreas permissionadas, estas áreas eram permitidas sem avaliação de critério como por exemplo, as Secretarias de Transito, Meio Ambiente, Saúde, com relação as áreas de lazer que a população usa com frequência, gerou uma gama de problemas que foram ocasionados com estas permissões que foram concedidas no passado, e que agora será necessário recuperar, porque tem muita demanda de pessoas que querem ocupar ponto de forma legal, tendo áreas que não podem ser permitidas, tendo como exemplo a área Central, e existe um grande conflito de interesses, porém com boa vontade a gente consegue resolver. Temos também a questão da região do Shopping HB, que são situações e problemas que a gente tenta evitar, atentando para não se percam as oportunidades de trabalho das pessoas que dependem dele. Foi implantado um Comitê de retomada da economia, que tem entre as diretrizes a geração de renda. Foi acertado com o prefeito, e será colocado em discussão no Conselho, e uma delas são as ações de estímulo em determinadas áreas permissionadas como no Rios D'Itália, também tem muita demanda de pontos que estão espalhados pela cidade, e vão favorecer as pessoas que moram no entorno, que com certeza poderão prestar serviços ambulantes nestas áreas, com diversidade de produtos para que todos possam vender. O Presidente mostra no mapa as áreas do georreferenciamento do município onde serão criadas as áreas com permissão para comercializar. Todas as informações do georreferenciamento serão inseridas em uma plataforma única que será utilizada por todas as Secretarias do município, que agrega desde os trabalhadores ambulantes, as áreas permissionadas, área azul, registros de informações de trafego, que vai facilitar muito a eventual



COMUDE – CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

São José do Rio Preto – SP

emissão de Termo de permissão de uso como é feito atualmente na Secretaria da Fazenda, onde eles entram com o pedido, os sistemas recebem, analisam e dão uma posição parcial. O Presidente segue com a apresentação no mapa, e explica que as áreas com registros em amarelo são as áreas com sanção para uso, considerando todos os locais legalizados em Rio Preto. Continua explanando que a maior concentração está na área Central, Cidade da Criança, Pinheirinho, Represa Municipal e Região do HB, totalizando 470 permissões concedidas de forma legal, e as áreas não legalizadas são maiores ainda. A proposta é oferecer oportunidade de trabalho para as pessoas nos formatos legais. Existem áreas com muitas solicitações de alvarás para trabalhar, mas muitas vezes a área solicitada, é inconcebível a liberação. Na continuação o presidente mostra no mapa a existência de uma área enorme que poderá ser explorada, principalmente na Região Norte, Região do Bosque, Pinheirinho, os Distritos de Talhados e Schmitt, Região da Represa, Região do HB, e são várias áreas no município que podem ser estudadas para a criação de áreas permissionadas, que antes eram chamadas de Bolsões. O primeiro estudo indicado que a gente tem eu trouxe hoje para o Colegiado, é que deverá ser criada uma Comissão Temática, que está previsto no Regimento Interno, para analisar um ponto específico na Região Rios D'Itália, que já tem uns 26 pedidos, visto que a área tem capacidade para 10 ou 12 pessoas. Caso esta área seja aprovada chegando a um consenso, as Secretarias de Transito, Meio Ambiente e Saúde vão analisar as questões de estacionamento, lixo, barulho, vigilância Sanitária que é importantíssimo. A Primeira proposta é criar um Grupo Temático, em conjunto com o Núcleo de Fiscalização/Semdec, Transito, saúde, a parte comercial e os Ambulantes do Conselho, cabendo participar na realização desse estudo que devemos apresentar e aprovar esse Plano Piloto do trabalho que vamos desenvolver. A Inspetoria Fiscal de Posturas, fez esse levantamento nos últimos meses, e esse trabalho será lançado na Plataforma de georreferenciamento. Nós dispomos de 250 a 300 novas permissões distribuídas em pontos isolados da cidade, e encerrar o ciclo de legalidade de áreas que não são permitidas, venham a ter um aparato legal e de uma forma rápida e incisiva. O Marcelo Nominato destacou que seria importante legalizar as permissões dos trabalhadores que utilizam trailers por conta do estacionamento irregular do equipamento. O Presidente complementa que os equipamentos que estão nas ruas atualmente, não serão mais permitidos aos que ficam estacionados de forma fixa, e sim de forma móvel, para que ao final das atividades o permissionário deixa o local e leva consigo o equipamento. Já tivemos problemas homéricos com estes equipamentos estacionados nas ruas. O Marcelo destaca que este problema é grave pois quando é necessário fazer reparos de urgência no local, ou mesmo um recape, o equipamento atrapalha na execução pois geralmente são fixos ao local. O presidente arremata que os equipamentos que já existem, vão receber um prazo de 90 a 180 dias para se adaptar à nova postura, e eles estão espalhados na Avenida de Maio, na Beneficência Portuguesa, tem vários locais na cidade que tem estes equipamentos e que terão que passar por esta adequação, pois nenhum equipamento hoje vai ser aprovado se não for móvel, e os que estão instalados há muito tempo, vão ter que se adaptar. O conselheiro Marcelo afirma que em casos de enchentes não há como retirar o equipamento em tempo, por estes serem fixos no local. Contou que uma vez a empresa Constroeste, que para fazer uma manutenção, precisou cortar o equipamento na parte de baixo porque ele estava chumbado ao pavimento. O Presidente assegura que estas situações serão resolvidas, e que isso não significa tirar o permissionário, mas sim adaptá-los as regras a fim de



COMUDE – CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

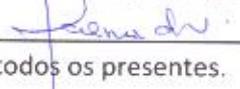
São José do Rio Preto – SP

corrigir os erros do passado principalmente nas situações de manutenção e emergência, quando necessita realizar estes serviços, o equipamento precisa ser retirado, depois de pronto o equipamento volta a ser instalado. O Marcelo aponta ainda que na retirada do equipamento para estes trabalhos nas ruas, se ocorrer danos, a prefeitura será responsável. O presidente abre a palavra para quem desejar se manifestar. O conselheiro Willian questiona se a regularização será somente para os novos permissionários. O presidente responde que o Projeto tem como pretensão fazer um rodízio, pois existe muita demanda nos vários pontos da cidade e poderão ser definitivas ou com prazo determinado. Os pontos chamados de fluxo contínuo, acontece quando por exemplo, em uma avenida com 10 pontos, as permissões serão por 10 ou 15 dias, assim outras pessoas podem ter a oportunidade de comercializar naquele local, seria uma permissão temporária/precária, e a pessoa trabalhando por 10 dias não poderá renovar o prazo, passando assim, para outra pessoa que requisitar de forma rotativa. Desses 250 pontos, 50 poderão ser de prazo indeterminado e os demais poderão ser rotativos, e essa modalidade ajuda a minimizar o tempo de espera no caso de fila para receber a permissão, dando a possibilidade para todos trabalhar por pelo menos 15 dias. A ideia do projeto é gerar renda, priorizando os moradores da cidade, pois vem pessoas de outros municípios que não pagam nada e ainda tiram a oportunidade dos trabalhadores do município. Para a permissão o trabalhador deve residir no município há 3 anos com comprovação, levando em consideração o preço acessível para as permissões, para que as pessoas possam utilizar o ponto e dar a oportunidade para outros sem cometer irregularidades. Vai ser toda uma dinâmica que já foi estudada pelo Núcleo de Fiscalização, eles elaboraram todo o mapeamento destas áreas. O José Laercio faz um apontamento em relação ao Shopping HB, que por conta da pandemia está funcionando com apenas uma porta aberta, que segundo ele, dificulta a entrada de usuários para consumir no local, e ainda enfrentam a concorrência dos vendedores ambulantes que ficam irregularmente no entorno do Shopping, sendo que alguns permissionários do estabelecimento, também têm vendedores na parte externa. Ele explica que tem também a questão da Fiscalização que passa pelo local uma vez no dia, e os vendedores correm quando eles chegam e quando vão embora eles voltam. O Renan, Agente Fiscal de Posturas, afirma que vão realizar um método de abordagem que estão preparando, a fim de coibir vendas irregulares no entorno, quanto a parte interna, o Renan pediu para eles se organizarem porque a Fiscalização não tem como controlar. Ele citou também que o Shopping Azul tem 167 permissionários e são organizados por Associação interna forte, e a Fiscalização não tem como resolver problemas internos de relacionamento, devendo eles se organizarem por Associação. A Silvana assegura que eles já estão se preparando para montarem uma Associação, entre os permissionários do Shopping HB. O Marcelo opina que os problemas do Shopping HB, vem de muito tempo e que ele não viu melhoras com o passar do tempo, e que as regras existem e devem ser cumpridas. O José Laercio considera que deveria ser feita uma reunião no local, e a Secretaria de Desenvolvimento falar sobre os regramentos. O Marcelo esclarece que a força são eles mesmos e a organização interna deveria partir deles. A Silvana explana que o local tem problemas internos e externos, sendo fortemente externos, mas que os próprios permissionários trazem a desordem para eles mesmos. O Marcelo diz que na época que ele fiscalizava o estabelecimento já havia permissionários que vendia dentro e colocava vendedores para comercializar no entorno. A Silvana completa que até hoje existe esta conduta, e que merecia punição. O

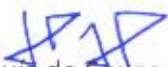


**COMUDE – CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO
ECONÔMICO**

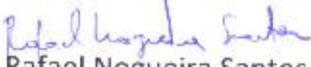
São José do Rio Preto – SP

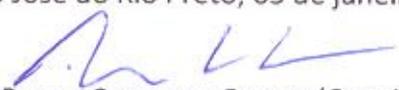
Willian volta a falar que o melhor seria instituir a Associação. O Marcelo fala que o ambulante deveria saber que ele é um empresário e assumir esta postura para poder crescer, contar com a ajuda de uma Associação, do Poder Público e da Fiscalização em conjunto. O presidente coloca que as mesmas regras servem para o Shopping HB e os Quiosques da Represa, pois temos a experiência da AVARP que deu certo. O Willian retorna ao assunto da porta do Shopping HB, questionada anteriormente pelo José Laercio, e diz que o Shopping Azul tem duas entradas neste período de pandemia. O presidente diz que o Shopping HB tem várias entradas, mas somente uma está permitida, por questões de manter o controle do fluxo de pessoas neste período de pandemia, e que não tem funcionário disponível para controlar uma segunda porta. O presidente convida aos conselheiros que desejam se manifestar. O José Laercio reclama que tem algumas lojas no Shopping HB que os clientes entram dentro da loja e questiona que porque para uns pode e para outros não? A Silvana responde que nunca foi permitida a entrada de clientes nos boxes para ninguém, pois existe uma demarcação em cada loja e deve ser respeitada, pois todos os permissionários conhecem esta regra. O Marcelo diz que os permissionários sabem das regras, sabem da legislação e que a multa gira em torno de R\$ 6.000,00. O presidente reforça a necessidade de uma Associação para os permissionários do Shopping HB, dizendo que vai dar todo o apoio na formalização. O Willian disse que grande parte dos permissionários do HB não tem interesse em se associar e que por várias vezes falou com eles, mas sem sucesso. A Silvana Contestou dizendo que atualmente uma boa parte deles já pensam em se associar, e inclusive já tem um grupo grande de permissionários pedindo para conversar sobre a criação de uma Associação. O presidente falou que gostaria muito que esta Associação fosse formalizada. Continua o presidente dizendo que as reuniões do Conselho não serão para resolver questões individuais e sim de um todo. No Shopping HB os permissionários acham que podem fazer o que quiser, mas não podem, se tem uma Associação e sabem das regras, eles resolvem entre si, isso chama-se civilização. A Silvana destaca que eles precisam de postura de empresários que são, tem que entender e assumir, assim as coisas melhoram. Não havendo mais assuntos para discutir o presidente dá por encerrada a reunião extraordinária do COMUDE. Sem mais assuntos, eu, Silvana Mara Neves de Almeida Freitas  lavrei a presente Ata, que depois de lida e achada conforme, vai por mim assinada e por todos os presentes.

São José do Rio Preto, 05 de janeiro de 2021.


Jorge Luis de Souza


Silvana Mara Neves de Almeida Freitas


Rafael Nogueira Santos


Renan Cazonato Correa (Convidado)


Luís Flávio Vani Amaral


Marcelo Nominato do Amaral



**COMUDE – CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO
ECONÔMICO**

São José do Rio Preto – SP

Celso Domingues da Silva, José Laercio da Silva

Osmeraldo Lopes dos Reis

Ricardo Ismael Di Lourenzo Arroyo

João Willian do Nascimento Ferreira

Marco Antonio Seminatti